

Escrevendo as horas: usos e convenções de uma abreviatura

Ana Elisa Ribeiro
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Resumo: *Este artigo apresenta uma discussão de base sociolinguística sobre convenções da língua portuguesa escrita. O trabalho está ancorado em debates sobre o novo Acordo Ortográfico e em autores brasileiros importantes dos estudos linguísticos contemporâneos. Faz-se uma reflexão sobre as "colunas" sobre língua e linguagem publicadas nos meios de comunicação de massa. Com base em pesquisa bibliográfica em gramáticas, dicionários e manuais conhecidos, apresenta-se uma série de prescrições sobre abreviaturas e, em seguida, passa-se a demonstrar os usos da abreviatura de "horas" em pesquisa empírica, em sala de aula, com alunos de engenharia de instituição pública federal de ensino técnico e superior. Conclui-se que, a despeito das prescrições, os usos variam enormemente, sendo pouco influenciados pelas prescrições.*

Palavras-chave: *convenções da escrita; abreviaturas; prescrições gramaticais.*

TEMPOS DE CRISE E REFLEXÃO

Em tempos de discussão e implementação de um novo acordo ortográfico, as convenções da língua escrita padrão ficam ainda mais evidentes e podem ser mais bem compreendidas pelos usuários e aprendizes dessa modalidade. Uma série de manuais vem sendo publicada com a intenção de esclarecer falantes e escreventes da língua portuguesa¹, afora o espaço que os debates (muita vez infundados e espetacularizados) sobre o novo acordo vêm tendo nas mídias de massas. Não são poucos os programas de rádio, televisão e as colunas de jornal (impresso e digital) que traz como tema as alterações de "regras" como as do hífen ou do trema².

¹ Só para citar alguns, *O novo acordo ortográfico da língua portuguesa. O que muda, o que não muda*, do prof. Maurício Silva (editora Contexto, 2008) e, do Instituto Antônio Houaiss, publicado pela PubliFolha, *Escrevendo pela nova ortografia. Como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa* (2008).

² Só para citar alguns, o site Digestivo Cultural (www.digestivocultural.com) fez um especial sobre o acordo ortográfico que vige a partir de 2009, embora a maior parte dos articulistas não seja formada por especialistas em língua. Além desse site, foram publicadas colunas como a de Gabriel Perissé e as de uma gama de professores conhecidos por abordarem questões de língua portuguesa. Na televisão, vários programas abordaram o novo acordo, inclusive o Jornal Nacional, da rede Globo, que ofereceu ao público uma série

Nesse momento, é importante utilizar esses espaços como fórum de um debate que pode ser mais educativo e esclarecedor do que propriamente doutrinador. Muito embora o tom de muitas reflexões seja o de "aula de português", de várias formas a abordagem do assunto como uma convenção, ou seja, um acordo³ entre países faz emergir o sentido de "escolha" que essas "regras" têm e, por extensão, seus manuais.

A *língua padrão*, para Rodrigues (2004, p. 14), "é, sem dúvida, um caso de padrão ideal". Uma língua falada por ninguém, "tida, pelos membros de uma sociedade, como aceitável em razão como tema as alterações de "regras" como as do hífen ou do trema². Neste momento, é importante utilizar esses espaços como fórum de um debate que pode ser mais educativo e esclarecedor do que propriamente doutrinador. Muito embora o tom de muitas reflexões seja o de "aula de português", de várias formas determinadas situações, em que outras variantes não podem ter a mesma aceitação". Faraco (2004, p. 39) faz questão de diferenciar *norma padrão* de *norma culta*. Segundo esses pesquisadores, essas normas, afinal, não são a mesma coisa. O que se chama, para Faraco (2004, p. 40), de norma ou língua padrão é o "(...) processo fortemente unificador (que vai alcançar basicamente as atividades verbais escritas), que visou e visa uma relativa estabilização linguística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança". Para ambos os linguistas, o ideal de norma (padrão), e mesmo a norma culta (menos rígida, a princípio), atinge mais o âmbito do escrito, que tende a parecer menos variável e, por que não, é mais mistificado pelas sociedades "grafocêntricas".

Na escrita, Faraco (2004, p. 42) lembra que "(...) a elite letrada conservadora se empenhou em fixar como nosso padrão um certo modelo lusitano de escrita, praticado por alguns escritores portugueses do Romantismo (cf. Pagotto, 1998; Faraco, 2002)". Daí uma escrita não apenas mais estável e preciosa, como também uma escrita moldada por ideais que já não eram nossos antes mesmo de

especial de matérias sobre o assunto, infelizmente convocando como especialistas professores como Pasquale Cipro Neto, que ditam mais do que explicam.

³ O dicionário *Aurélio século XXI* traz a acepção de "pacto" como uma daquelas referentes à palavra acordo. As acepções de "convenção" são ainda mais ajustadas ao caso, valendo a pena consultá-las.

serem “fixados”. Para alinhar a discussão, sem, no entanto, intentar concluí-la, Bagno (2004, p. 179) realinha os conceitos de norma culta e norma padrão, fazendo com o leitor o combinado de preferir a primeira em favor de expressão melhor: “variedades cultas”, o que dá às línguas cultas possíveis a flexibilidade que elas de fato têm. À norma padrão resta a frieza de estar cristalizada e fora de circulação (se é que se pode dizer que tenha circulado).

IMPrensa E NORMA

A imprensa brasileira (e ela certamente não é caso isolado) tem sistematicamente dado espaço a “especialistas” em língua portuguesa, muita vez em colunas fixas e muito lidas. Há quem colecionasse as “dicas” de muitos “personagens” *experts* em regras da norma padrão, prescritas com força de lei e desprovidas de qualquer sombra de discussão. O que está ali não é norma culta, enfatize-se, mas a norma que parece precisar ser sempre repetida, repisada, porque ninguém sabe e quase ninguém, também, usa. Com o novo acordo ortográfico, esse tipo de coluna ou colunista ganhou fôlego, o que logo se percebe com uma breve navegada em sites e jornais.

Segundo Faraco (2004, p. 52), esse tipo de coluna teve início no século XIX, com o gramático Cândido de Figueiredo, “dono de espaços em jornais de Lisboa e do Rio de Janeiro”, cuja função era caçar “erros” de língua em toda parte e “condenar furiosamente os falantes por sua suposta ignorância linguística e pelo descuido e descaso das questões vernáculas”. Faraco (2004, p. 37) aponta a proeminência que os meios de comunicação dão, no Brasil, à acusação de que os brasileiros supostamente não sabem falar e escrever “corretamente”. A despeito da existência dessa “polícia sobre a língua”, na expressão de Faraco (p. 49), há nisso algum ponto positivo. “A existência de espaços nos meios de comunicação social para se discutir os fenômenos da língua em geral e do padrão em especial”, o que, para o pesquisador, pode ser “uma fonte de enriquecimento da cultura linguística da população (e, por essa via, vetor politicamente relevante do combate aos preconceitos e à discriminação social de base linguística (...))” ou “espaço de divulgação científica (por exemplo, dos estudos do português que se ampliam no Brasil)”. No entanto, fazendo-se um voo rasante pelos textos publicados na imprensa ultimamente, vê-se logo que o tom educativo e científico não foi o que prevaleceu.

Scherre (2004, p. 218) é bem menos complacente do que Faraco. Para ela, a identificação entre norma e língua é um desserviço prestado pelas mídias de massas à população. Não raro, alguém tenta explicar que o manual normatiza, mas a língua falada tem muito mais formas de escapar aos ditames gramatiqueros do que supõem os donos de colunas de “português”. Os poetas, há muito tempo, transcendendo todos os acordos ortográficos, já sabiam que “o português são dois”⁴ e que há algum mistério em saber por que razão se ensina um português que não há na fala, tão parecido com uma língua estrangeira.

LÍNGUA ESCRITA E CONVENÇÃO

A língua escrita faz parte da vida cotidiana de todos os cidadãos, seja na quase obrigatoriedade de lê-la em placas e *outdoors*, rótulos e jornais diários, seja na necessidade de escrever bilhetes domésticos, *e-mails* profissionais, poemas ou laudos técnicos. Tanto em ambiente doméstico quanto em situações profissionais, há convenções que nos escapam a todo momento e podem fazer muita ou nenhuma diferença na compreensão de informações.

Embora não sejam objeto de algum novo acordo, as abreviaturas “institucionalizadas” (Rocha, 1999, p. 180) são um dos campos em que mais se tem dúvidas. Para várias áreas profissionais, abreviaturas são de suma importância, tal como na engenharia ou na biologia, na química ou na geologia, nas quais pesos, medidas, volumes e informações precisas não prescindem de símbolos e abreviaturas que trazem ao texto economia e legibilidade.

As discussões fomentadas pelo novo acordo ortográfico sobre convenções da escrita (e então surge a angústia de perceber o quanto sabíamos da escrita padrão e o quanto teremos de reaprender), embora não atinjam as abreviaturas, tornam o debate sobre convenções muito mais aceso, motivo que nos leva a demonstrar a diferença entre prescrição e uso com base em uma atividade em sala de aula de redação técnica para cursos de engenharia, em instituição pública federal de Minas Gerais.

⁴ Carlos Drummond de Andrade, no poema “Aula de Português”, na obra *Poesia completa* (editora Nova Aguilar, 2002).

Segundo Rocha (1999, p. 180), a distinção entre derivação siglada e abreviatura é de suma importância em língua portuguesa. Enquanto as siglas têm comportamento peculiar nas orações, a abreviatura não se configura como uma formação derivacional. A abreviatura, segundo o autor, não tem existência na linguagem oral, sendo este um dos motivos pelos quais ela não é considerada “uma palavra da língua”. Rocha diferencia abreviaturas institucionalizadas ou esporádicas, sendo estas “um recurso particular de que as pessoas lançam mão para abreviar ou facilitar o processo da escrita”, de forma irregular e instável. Já as abreviaturas institucionalizadas seriam aquelas convencionadas por manuais e gramáticas, mas que nem sempre dominamos, como se verá a seguir.

USOS E NORMAS: ESTUDO DE CASO

Para exemplificar a diferença entre usos e normas, focalizamos o emprego da abreviatura de “hora” ou “horas”. Uma atividade de retextualização em sala de aula, no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, com três turmas de engenharia (Elétrica, Computação e Materiais), ofereceu insumo para a discussão sobre o uso de convenções, além de pesquisa bibliográfica sobre prescrições em vigor.

Em nossas atividades como professores de Redação Técnica, é evidente a demanda, por parte da instituição e dos alunos, por aulas práticas que abordem textos informativos e instrucionais, dispensando o tratamento de gêneros menos ligados à engenharia. Muito embora o aluno, em geral, reconheça a importância da teoria e da reflexão linguística, ele comumente solicita a “regra”, o “macete” e a prescrição que deve empregar em textos como relatórios, laudos, pareceres e artigos acadêmicos em ciências exatas.

A despeito de nosso foco, naquelas aulas, não ser esse, uma atividade de retextualização nos trouxe dados interessantes a respeito do uso de abreviaturas institucionalizadas. O caso de “horas” foi o mais evidente, tornando-se nosso tema neste trabalho. Antes de descrever a aula e mostrar os dados obtidos, recorreremos às gramáticas e aos manuais de redação para verificar a prescrição sobre a abreviatura de “horas”, problema com o qual nossos alunos

depararam no segundo semestre de 2008, durante as aulas de Redação Técnica, e devem se deparar frequentemente, ao longo dos anos passados e futuros.

HORAS COM H

Em pesquisa bibliográfica não exaustiva sobre convenções para abreviaturas, é comum encontrar quadros e boxes que explicitam o que se “deve” usar, o que se “tem de” usar, sem qualquer explicação sobre essas escolhas. Medidas (metros, quilômetros, etc.), volumes (litros, mililitros, etc.), pesos (quilos, arrobas, etc.) são vastamente abordados tanto em gramáticas normativas quanto em manuais de redação. São curiosos os nomes das seções em que se encontra esse tipo de informação, em geral diagramada de forma objetiva e legível, para consulta rápida e frequente, por leitores que, provavelmente, veem-se às voltas com dúvidas localizadas.

Foram consultados os manuais da *Folha de S.Paulo* e o do Grupo Associados, do qual faz parte o jornal *Estado de Minas*, que apresenta também um manual específico. Além desses, foram consultados os manuais *A arte de escrever bem* e *Escrever melhor*, de autoria de Dad Squarisi e Arlete Salvador, jornalistas e autoras de colunas sobre língua portuguesa. As gramáticas normativas consultadas foram *Gramática mínima*, de Antônio Suárez Abreu; o *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla; a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra; a *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Rocha Lima. O dicionário *Aurélio século XXI* foi fonte, com o verbete “hora”. Como uma espécie de contraponto, consultamos também o *Guia de uso do português*, da linguista Maria Helena de Moura Neves.

MANUAL DA REDAÇÃO

Nos manuais de redação e estilo de jornais, espécie de “livro de consulta” para muitos profissionais, muitas vezes preferido às gramáticas, por serem, supostamente, de consulta mais fácil, as abreviaturas são uma seção importante e diagramada com cuidado.

No *Manual* do Grupo Associados, de que fazem parte o *Estado de Minas* e o *Correio Braziliense*, só para citar dois importantes diários brasileiros, a abreviatura para “horas” está localizada em uma seção intitulada “SOS (Pronto-socorro gramatical)” (Squarisi, 2005, p. 63). O curioso nome da seção permite entrever a sentido emergencial da consulta, assim como certa aceção das convenções da escrita como um remédio para todo mal de saúde da língua escrita. Embora a autora do *Manual* pareça ter tido a intenção do gracejo, essa “brincadeira” não deixa de ser sinal da forma como são concebidas a escrita e seu usuário. A “regra” da abreviatura de “hora” está assim descrita:

A abreviatura de hora é h; de minuto, min; e segundo, s (sem ponto). Não se observam espaços entre o número e a abreviatura: 5h, 5h25, 5h25min30 (só se escreve min se forem especificadas as horas até segundo. Em cronometragem esportiva, usam-se as abreviaturas min e s, mas milésimos de segundo dispensam indicação) (Squarisi, 2005a, p. 63).

É essa a explicação que se repetirá, com mínimas alterações de estilo, por todos os manuais consultados (e, provavelmente, pelos não-consultados também). Em outra seção do *Manual* dos Associados, intitulada “Embalar o peixe (padronização)”, a autora repete as “regras”, fazendo acréscimos e dando exemplos:

Horas

1. Sempre se usam com artigo: Trabalha entre as 2h e as 16h.
2. A abreviatura de hora é h; de minuto é min; de segundo, s (sem ponto).
3. Não há plural das abreviaturas.
4. As horas que indicam duração não se abreviam: A reunião durou 11 horas (não 11h).
5. Não se observam espaços entre os números e a abreviatura: 3h15, 0h30.
6. Só se escreve min se forem especificadas as horas até segundo: 3h15min16. (Squarisi, 2005, p. 49).

O *Manual de redação e estilo* da *Folha de S.Paulo* é mais econômico. Na página 50, seção “Padronização e estilo”, item “Abreviaturas e símbolos”, prescreve que “Seu uso [de abreviaturas] deve ser evitado em textos. Não invente abreviaturas”. A seguir,

menciona apenas as “mais usadas da *Folha*”, entre as quais está “Hora = h”.

Na página 73 do mesmo manual, na mesma seção, o verbete “horário” apresenta exemplos do que se deve e não se deve usar na *Folha*, mas que muitos usuários tomam como regra geral. O expediente visual utilizado pelo projeto do *Manual da Folha* merece destaque. Os casos positivos, quando a convenção é empregada corretamente, são impressos em letras verdes. Os casos negativos, quando a norma não é observada, são impressos em vermelho. Não por acaso, as cores do “permitido” e do “proibido” em vários contextos de nossa cultura.

1. O dia começa à 0h e termina às 24h, ou meia-noite. A madrugada vai da 0h às 6h; a manhã, das 6h às 12h (ou meio dia); a tarde, das 12h às 18h; a noite, das 18h às 24h;
2. não use m para abreviar minutos (m é abreviatura de metro). Não abrevie o termo minutos no registro de horário: 12h45. Em cronometragem esportiva, use as abreviaturas min e s (milésimos de segundo dispensam abreviatura): O corredor completou a prova em 2h10min36s356, quase dois minutos à frente do segundo colocado;
3. não use algarismos para registrar duração: A conferência se prolongou por duas horas e 40 minutos, e não 2h40 (Folha de S.Paulo, 2001, p. 73).

O *Manual da redação* do jornal *Estado de Minas*, escrito por vários autores, prescreve sobre a abreviatura de “horas” em duas seções (p. 22 e p. 47). O item “Hora e tempo” (Estilo, p. 47) apresenta a mesma regra dos outros manuais, com acréscimo de informações sobre quando usar 0h ou 24h.

Nos manuais escritos para o público geral, sem a chancela dos jornais, as jornalistas Dad Squarisi e Arlete Salvador utilizam o mesmo tom de gracejo do manual dos Associados para apresentar as convenções de língua e padronizações. Em *A arte de escrever bem*, as regras não são apresentadas. Somente na página 95, as autoras aplicam a abreviatura de “Hora”. No manual *Escrever melhor*, página 158, na seção “Ora, a hora”, em capítulo intitulado “Ciladas da língua”, Squarisi e Salvador começam a tratar da abreviatura de “horas” em um texto um tanto infanto-juvenil:

“Que escravidão! O relógio não dá sossego. É hora de pular da cama, hora do banho, hora do café, hora do ônibus, hora do ponto, hora da reunião, hora do almoço, hora do banco, hora da consulta, hora do lanche, hora da carona, hora da faculdade. Ufa!

Conclusão: *hora* é pra lá de poderosa. Contra ela, não adianta lutar. O bom senso, no caso, aconselha entender-se com a controladora. É o que diz o povo sabido: “Se você não pode com ela, junte-se a ela”.

O que fazer? Só há uma saída – aprender a indicar as horas. Em outras palavras: usar o grampinho necessário. Mandá-lo pras cucuias se for preciso (Squarisi; Salvador, 2008, p. 158)

A menção ao “grampinho” refere-se à marcação de crase, para situações em que se quer escrever, por exemplo, “das 14h às 18h”. Mais adiante (seção “Hora, a sem-sem”), as autoras frisam:

É bom lembrar. Nesta alegre Pindorama, fala-se português. Por isso, a abreviatura de horas não suporta dois pontos (2:15 é coisa de inglês). Aqui a redução segue regras próprias. Nada de plural. Nem de espaço. Nem de ponto depois da abreviatura: 2h, 2h15, 2h15min40 (Squarisi; Salvador, 2008, p. 182).

Mais uma vez, sem qualquer explicação sobre língua escrita, convenções e escolhas, o manual normatiza sobre uma abreviatura, inclusive mencionando outros usos, em outros países, de forma pejorativa.

DICIONÁRIO E GRAMÁTICAS

No dicionário *Aurélio século XXI*, o verbete “hora” é apontado como palavra de origem grega e depois latina, substantivo feminino, cujo *símbolo* é o “h”. Além da acepção 1 (“A 24ª parte do dia natural, ou do tempo que a Terra leva para fazer uma rotação completa sobre si mesma”), mais objetiva, há ainda sete outras acepções e 42 exemplos de usos da palavra.

Nas gramáticas consultadas, a convenção para abreviatura de “hora” não traz novidades. Abreu (2003) oferece ao leitor uma lista de abreviaturas principais (p. 40), na qual está o “h”, valendo para a palavra no singular e no plural. Na página 41, o gramático observa que “os símbolos técnicos como h, km, min, seg etc. são escritos com letra minúscula, não têm plural e não são seguidos de ponto”, e dá exemplos “da maneira correta de escrever as horas”: “Sete horas = 7h; Sete horas e trinta minutos = 7h30min; Dez horas = 10h; Vinte e duas horas e quarenta minutos = 22h40min”.

Cegalla (2007), assim como Abreu (2003), menciona os “símbolos científicos e medidas”, que se abreviam sem ponto e sem “s” plural. É aqui que as horas aparecem como exemplos. Também afirma ele ser melhor evitar as abreviaturas e escrever “9 horas”, por exemplo. Mais uma vez, as informações se repetem e o gramático menciona o fato de não se poder usar dois pontos em horas.

Cunha e Cintra (2001, p. 116), na *Nova gramática do português contemporâneo*, conhecida por sua relativa flexibilidade, abordam a “abreviação vocabular” no capítulo que trata de derivação e composição. Os autores dão a seguinte explicação para o uso das abreviaturas:

O ritmo acelerado da vida intensa de nossos dias obriga-nos, necessariamente, a uma elocução mais rápida. Economizar tempo e palavras é uma tendência geral do mundo de hoje.

Observamos, a todo momento, a redução de frases e palavras até limites que não prejudiquem a compreensão. É o que sucede, por exemplo, com os vocábulos longos, e em particular com os compostos greco-latinos de criação recente: auto (por automóvel), foto (por fotografia), moto (por motocicleta), ônibus (por auto-ônibus), pneu (por pneumático), quilo (por quilograma), etc. Em todos eles, a forma abreviada assumiu o sentido da forma plena (Cunha; Cintra, 2001, p. 116).

A formação de siglas e a abreviação de palavras são mencionadas de passagem, sem grandes explicações e nem exemplificações extensas. O gramático Rocha Lima (1997), na página 227 de seu compêndio, aborda, na seção “Outros tipos de

formação de palavras”, os mesmos casos citados por Cunha e Cintra, inclusive com os mesmos exemplos.

A linguista Maria Helena Moura Neves (2003), em seu *Guia de uso do português*, que, como o nome diz, trata mais dos usos do que das convenções, aborda o verbete “hora” sem muitas explicações. Rejeita a prescrição “cega”, mas também não corrobora o que chama de “vale-tudo”, como se o padrão fosse alcançável apenas pelas classes dominantes. Muito embora o compêndio trate dos usos, surpreende-nos o tom prescritivista de muitos verbetes, tal como em outros manuais: “O símbolo é h (sem ponto e invariável), que se usa em seguida ao numeral, na indicação de horário. *Reuniões de oração todas as manhãs das 6 H às 8 H e nas terças e sextas às 20 H (CB).*”

Embora tratem o fenômeno como moderno e ligado ao “ritmo acelerado da vida intensa de nossos dias” (Cunha; Cintra, 2001), nenhum dos estudiosos aqui citados menciona a emergência vivíssima das abreviaturas esporádicas (conforme Rocha, 1999) com o advento dos chats (bate-papos na internet).

OS USOS

No segundo semestre de 2008, a disciplina Redação Técnica⁵ foi ministrada a todas as turmas do ensino superior do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, dando continuidade às disposições das matrizes curriculares de todas as engenharias, que se preocupam em formar sujeitos letrados e bons redatores de textos técnicos, a despeito dos estereótipos que cercam os engenheiros quanto à produção de textos.

Esse trabalho vem sendo desenvolvido com seriedade e clareza de propósitos, por professores qualificados do departamento de Linguagem e Tecnologia da instituição, principalmente aqueles da coordenação de Língua Portuguesa.

Em uma das primeiras atividades do curso em foco, foi solicitado às turmas (no total, 119 estudantes) que lessem um texto originalmente falado (ver Anexo). Tratava-se de uma locução de rádio evangélica na qual um locutor dava notícias sobre eventos e

⁵ Muito embora o nome da disciplina possa variar, de um curso para outro: Técnicas de Redação Científica e Português Instrumental são alguns dos nomes adotados pela instituição.

expedientes da rádio aos espectadores. O texto fora transcrito, de forma bastante fiel à fala, a partir de uma transmissão comum, em dia de semana, no final da década de 1990, como parte de atividades acadêmicas no curso de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

A leitura do texto não foi precedida de qualquer explicação mais detalhada ou alguma teoria sobre aspectos da oralidade e da escrita. Era nossa intenção que os estudantes manifestassem suas impressões sobre aquele material, inclusive descrevendo o impacto da leitura de um texto truncado, repetitivo e hesitante como aquele. Não queremos aqui nos alinhar a uma teoria de texto que trata a oralidade como o lugar da desordem e do caos sintático. Nossa consciência do *continuum* fala/escrita (principalmente apoiada em Marcuschi, 2001) nos permite, no entanto, descrever o texto em foco naquela atividade como uma produção falada bastante distanciada do texto escrito mais padronizado, muito embora o locutor certamente estivesse apoiado em um lembrete escrito quando fez os anúncios.

Os estudantes de engenharia demonstraram incômodo na leitura do texto, empreendendo a leitura mais de uma vez e resmungando sobre dificuldades de ler, incompreensão e “confusão” no material. Depois de vários minutos de leitura é que tomavam consciência de que se tratava da transcrição de um texto falado. Manifestaram, daí, suas primeiras impressões sobre o texto oral “errado”, “incorreto” e passaram a culpar o indivíduo locutor pelo “problema”. Só após essa “entrada” no texto é que iniciamos uma discussão, mais seriamente, sobre as transformações pelas quais aquele texto poderia passar para que se tornasse mais “legível”, já que ainda ali era um texto “audível”.

Era interessante observar as reações dos estudantes, também, diante da leitura “encenada” do texto transcrito. Ao ouvirem uma leitura mais parecida com a locução (até porque foram utilizados os sinais de transcrição empregados pelo projeto Norma Urbana Culta (NURC), os quais permitem alguma aproximação com a entonação e as ênfases dadas pelo locutor), os alunos eram surpreendidos pela compreensão mais fácil e passavam a comentar as facilidades da entonação e do ritmo dado pela “fala”.

Após a leitura do texto, foi solicitado que os estudantes fizessem uma retextualização do oral para o escrito (Marcuschi, 2001; Dell’Isola, 2007), seguindo o “comando”:

REESCREVA o texto de maneira a ajustá-lo a uma modalidade de escrita com as seguintes características: a. evidencie que se trata de uma notícia; b. esclareça que é uma interação entre jornalista e leitor; c. tenha como meta uma linguagem clara e objetiva, no entanto mais formal e mais próxima da norma padrão do que a utilizada pelo locutor; d. imagine que o novo texto será publicado em um jornal impresso de bairro, já que as notícias parecem bastante locais (Ribeiro, 2008).

As produções dos alunos foram ajustadas por eles mesmos, com o auxílio de colegas que fizeram a revisão em pares. A entrega dos textos “finais” à professora foi feita uma semana após a aula de retextualização. Mesmo tendo tido condições de melhorar seus textos, muitos alunos ainda apresentaram notícias muito próximas daquela transcrita com base na locução de rádio. A dificuldade alegada para se alcançar a meta do trabalho era de que faltava “coragem” para mexer no texto alheio, assim como alguma incerteza paralisante sobre critérios de edição, “o que pode e o que não pode fazer”. Eram algumas questões: mudança vocabular; alteração de nomes e invenção de nomes para “personagens”; aspectos da utilização de dêiticos, assim como referências como “hoje” e “amanhã” no texto escrito. Também surgiram dúvidas sobre intervenções mais “pesadas” nas formulações sintáticas do texto, assim como na eliminação de repetições e na reorganização de frases truncadas ou hesitações.

O tipo de operação de edição (Fiad, 1991) mais comum na refacção dos textos foi a subtração (corte), seguido das substituições e dos deslocamentos de partes do texto, em geral coincidindo com o ajuste na ordem de informações. Quase não ocorreram adições (inserções).

Em relação à convenção sobre os usos de “horas”, houve grande variação nos modos de apresentação da abreviatura, muito em desacordo com o que estabelecem manuais e gramáticas. O texto motivador da tarefa trazia algumas referências ao horário de um evento e aos horários de visitação à sede da rádio evangélica. Eram informações intransponíveis, que, de uma forma ou de outra, ressurgiram nas retextualizações.

Na transcrição, o problema já surgia quando a transcritora optou por grafar todas as palavras por extenso. No entanto, as retexualizações, que visavam à publicação em jornal impresso, em sua maioria, optaram por expressar horas de forma abreviada.

Dos 119 alunos de engenharia, 110 entregaram os textos que consideraram “finais”. A análise da grafia de “hora” nesses 110 ocorreu conforme o gráfico mostra:



Figura 1: Gráfico da distribuição das ocorrências de abreviatura de “hora”

É bastante evidente que os estudantes que deixaram de mencionar (13,6% dos 110 alunos) o horário autorizado para visita à rádio evangélica ou o horário em que aconteceria o evento noticiado infringiram uma expectativa importante para o leitor/ouvinte ou mesmo deixaram de atender a uma necessidade pragmática desse gênero de texto, assim como o tornaram menos “informativo”. Esse tipo de problema também poderia ocorrer caso alguém redigisse um convite de casamento ou de aniversário sem a data ou sem o horário de início da festa, embora se possa, em geral, culturalmente, presumir algum.

Em torno de 20% dos alunos empregaram os dois pontos para abreviar “hora”. Foi bastante comum encontrar, nos textos, 9:00 ou 9:30, ocorrência considerada “coisa de inglês” por Squarisi e Salvador (2008). O uso, bastante comum no dia a dia de milhões de escreventes de *e-mails* e bilhetes, é condenado pelos manuais de redação e estilo.

Outros 17,2% dos estudantes de engenharia fizeram uso mais próximo do que indicam os manuais, optando por abreviar

“horas” como 9h ou 9h30. Entre essas ocorrências, também surgiram as impróprias (segundo a prescrição) 9h30min ou 9h00min, que preferimos “perdoar”, já que a abreviatura de “hora” estava presente nos textos. No caso dos dois pontos, também ocorreram híbridos, tais como 9:00hs ou 12:00 horas, que consideramos pelo critério da presença dos dois pontos.

A maior parte dos alunos de engenharia, porém, optou por escrever “de nove horas ao meio-dia” por extenso. Deveu-se isso, provavelmente, a uma “contaminação” do texto transcrito, que, grande parte das vezes, foi editado no computador, a partir da cópia digital do arquivo⁶. Muito provavelmente, o número de abreviaturas teria sido muito maior, caso o texto fosse apenas narrado, para transcrição dos próprios alunos. Houve também os casos daqueles que questionaram o uso de abreviaturas, manifestando seu desconforto em empregá-las, assim como sua preferência por escrever por extenso para contornar o problema. De qualquer forma, mesmo sem saber, estão eles agindo conforme aconselha, por exemplo, Cegalla (2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS DESPRETENSIOSAS

Do que se mostrou neste artigo, parece ficar evidente que os usos são bastante diversos da prescrição e mesmo entre si, sofrendo influência de muitos outros usos. Certamente, a forma como a abreviatura de “hora” (entre outras) aparece em textos de ampla circulação social encontra seus ecos na produção textual de todos. Cartazes, *outdoors* e jornais populares certamente têm mais influência sobre a grafia de símbolos e abreviaturas do que os manuais, que, mesmo diante da dúvida, nossos alunos não consultam.

A força da convenção precisa ser maior do que a corrente da língua e de seus usos. A tensão entre essas duas coisas é tão forte que há a necessidade (comprovada pelo investimento editorial na esses “ensinamentos”, de forma ininterrupta. Os usos, mesmo mais na área) de se publicar, continuamente, manuais e guias com todos esses “ensinamentos”, de forma ininterrupta. Os usos, mesmo na

⁶ No início do semestre letivo, todos os alunos recebem a apostila de Redação Técnica por *e-mail*, em formato PDF, mas conseguem copiar o texto para um editor tipo Word.

escrita, parecem fortes e vivos, tal como ocorre na fala, no entanto mais “cercados” pelas convenções e também mais aceitos pela preocupação difusa das pessoas em seguir alguma “regra” para escrever.

Não se quer dizer aqui que seja o caso do “vale-tudo”, que também condena Moura Neves, mas é importante refletir sobre o significado das convenções para a produção textual, especialmente diante da angústia de aprendizes que dizem “precisar saber como se faz” em situações profissionais, períodos probatórios e sob o olhar de “chefes” exigentes, não-linguistas que encontram no “erro de português” um meio de chantagear e rebaixar seus estudantes e funcionários.

Também importante é a reflexão sobre os usos, os porquês dos usos e a consulta aos manuais, no que eles têm de consenso e, principalmente, no que têm de dissenso. A dúvida e o questionamento são, certamente, muito mais férteis do que o dirimir impensado de dúvidas que pululam pelos quatro cantos da sala de aula.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. *Gramática mínima*. Para o domínio da língua padrão. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. Língua, história & sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 2 ed. São Paulo, Loyola, 2004. p. 179-199.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. 96p.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 37-61.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. *Aurélio século XXI*. 3 ed. São Paulo: Positivo, 2004.

FIAD, Raquel Salek. Operações linguísticas presentes nas reescritas de textos. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 4, p. 91-97, jan. 1991.

FOLHA DE S.PAULO. *Manual de redação e estilo*. 4 ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

LIMA, Carlos H. da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 34 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

RIBEIRO, Ana Elisa. *Prática de texto para engenharias: Gêneros dos domínios acadêmico e profissional*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2008. (Apostila)

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 2 ed. São Paulo, Loyola, 2004. p. 11-25.

SCALIONI, Sílvio et al. *Manual da redação*. Estado de Minas. Belo Horizonte: Estado de Minas, s/d.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 2 ed. São Paulo, Loyola, 2004. p. 217-251.

SQUARISI, Dad. *Manual de redação e estilo*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 2005.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. *A arte de escrever bem: um guia para jornalistas e profissionais do texto*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. *Escrever melhor*. Guia para passar os textos a limpo. São Paulo: Contexto, 2008.

ANEXO

Texto transcrito de transmissão radiofônica, em Belo Horizonte.

B. { amém (sim)... olha gente aqui também quero sugerir pra vocês o seguinte... tem muitas pessoas que não têm dinheiro... pra... comprá um cartão às vezes aí... não tem telefone em Casa... tá?...então cês faz o seguinte... vocês faz/ o/ tem a caixa postal pra vocês colocá o/ a caixa postal gera dinheiro então tá bom/ (digo) vem aqui na rádio... agora nós aceitamos aqui a visita de vocês de nove a meio dia TODOS OS DIAS da semana então gente vale a pena aí vocês conferi o nosso endereço mais uma vez... olha... é rua Eugra/ é::: rua (Eutálen) Gracia... de Almeida E/ Eutália Engrácia de Almeida... tá bom? dois sete dois a ... aqui no mirante do Tupi é uma casa amarela... MUITO bem localizada em qualqué parte que você chegá do Tupi do Guarani do Floramá do Jardim Guanabara do p/ Conjunto Felicidade pra esse lado aqui você vê a casa amarela então... vale a pena aí pra gente... realmente... é muitas ligações a gente fica feliz demais da conta mais... gente... ligá a cobrá ... igual eu falei a emissora é um/ ela num tem fins lucrativo ela está aqui pra anunciá e pra divulgá a palavra do Senhô então se você liga você gera custo gerano custo nós num temos aonde tirá... se a gente num tem aonde tirá... é a fechado a/ a/ a emissora e aí a/ as coisa pega... m/ mais né? então gente... vamo lá... torcendo aí ligando no quatro quatro CInco::: quatro quatro CInco::: TREZE oitenta e um nós vamos aí participá aqui comigo no ar a última participação tá valendo (pra) você aí pode ligá (a gente) vai participá ó quatro quatro cinco... treze oitenta e um... vai ligando e participando porque a Comunidade FM... é sua... é minha... é NOssa ()

CORTE NA GRAVAÇÃO

(...) ato evangelístico no Floramá no dia vinte nove que será amanhã né Rodrigo? vai tá lá toda equipe da Comunidade a dezoito e trinta que vai sê na pracinha do vinte dois quatorze... no final... na rua Joaquim Clemente... tá? no final do ônibus vinte dois quatorze então você pode pegá o vinte dois quatorze a e b... descê no final... ou então... pegá... — porque o final do a e b é o mesmo final tá gente? — então vocês podem pegá o a e o b... o cinquenta e cinco zero sete a b e c que passa em frente... a pracinha... do vinte e dois quatorze que é o final tá bom? a () Produções vai estar LÁ também

apresentando a Banda Azul e Expresso Paz com (Ronaldo) Luiz... Luciano Régis... o Anderson Clayton pra vocês aí tá e toda equipe da Comunidade FM... realização... realização tá seno da primeira igreja batista em Floramá... tá bom? maiores informações você pode adquirir no endereço... rua Cirandinha duzentos e quinze... no bairro Floramá OU... pelo telefone... quatro três quatro... cinco nove dezesseis... tá bom? tá apoiano também... Cruzarte que é a arte em serigrafia camisetas promocionais... cartaz silk screen em geral... a rua pode s/ a rua vai sê – ô gente... gripado é fogo né Rodrigo? — a rua... é José Drummond ... setenta e oito no bairro Floramá o TELEfone... quatro três quatro meia sete dez tá? é a Irmãos Cruz vai está lá atendeno você e olha... a camiseta da Comunidade é feito por eles tá?... é coisa de primeira... e o Supermercado Vem-Que-Tem... onde você encontra os melhores preços... e o mais baixo... MAIS BAIXO tá bom? fica na rua Professor Gabriela Varela... número sé/ seiscentos e setenta e cinco no bairro Floramá... aqui... em Belorizonte vá ligano e participando aí pelo quatro quatro cinco... TRÉze oitenta e um...

Recebido em janeiro de 2009
e aceito em setembro de 2009

Title: *Writing the time: uses and conventions for an abbreviation*

Abstract: *This article presents a sociolinguistic-based discussion about writing Portuguese conventions related to current discussions about the new Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (new Portuguese spelling conventions). Important Brazilian authors of contemporary language studies are cited. It is a reflection on the language “columns” published in the mass media. Based on important grammars, dictionaries and manuals, the paper presents a series of requirements on abbreviations and then demonstrates the uses of the abbreviation of the word “hours” in empirical research in the classroom, with engineering students from a federal public institution of technical and higher education. The analysis shows that, despite the requirements, the usage varies enormously, being little affected by prescriptions.*

Keywords: *writing conventions; abbreviations; grammatical prescriptions.*

